

Projetos aprovados têm dificuldades

Nem mesmo o veterano Nélson Pereira dos Santos teria condições de caucionar o empréstimo junto ao banco financiador

Paulo Cabral

MARIA DO ROSÁRIO CAETANO

Se o Governo do Distrito Federal não encontrar nova fórmula para "suavizar" as condições de pagamento impostas pelo BRB (Banco de Brasília) aos produtores selecionados pelo Edital Nacional do Pólo de Cinema e Vídeo, poderá morrer no nascedouro um dos projetos mais festejados do País na área do audiovisual.

O banco reza que o produtor poderá optar por uma das quatro formas de pagamento propostas pelo Edital ou pela combinação de algumas delas. Para caucionar o empréstimo (com juros de 4% ao ano e metade da correção monetária) estão previstas: hipoteca de imóvel, garantia real em máquinas e equipamentos, aval de terceiros e fórmula a ser discutida entre as partes.

O produtor e realizador Márcio Curi, da Asa Vídeo, teve dois projetos aprovados no Edital Nacional: o longa *Louco por Cinema*, de André Luís de Oliveira, em fase de pré-produção, e o também longa (só que em 16 milímetros) *A TV Que Virou Estrela de Cinema*, de sua autoria, em parceria com Yanko del Pino. Este projeto está em fase de conclusão, aguardando recursos para ampliação (35 milímetros).

Curi conta que já deu entrada no BRB com o projeto de *Louco por Cinema*, mas vem enfrentando dificuldades para caucionar o empréstimo. "O banco exige hipoteca ou alienação de máquinas e equipamentos, desde que acompanhados de nota fiscal". A primeira exigência — explica — "não se adequa a nós, produtores independentes, que não temos bens para hipotecar". Quanto à segunda — acrescenta — "mostra-se complicada, já que grande parte dos equipamentos de cinema e vídeo existentes no Brasil não possui nota fiscal. Muitos foram adquiridos de produtores estrangeiros que aqui realizaram seus filmes".

"A simples presença de avalista" — lamenta — "não vem convencendo o banco". Frente a este quadro, Márcio Curi (acompanhado de Carlos Reichembach, André Klotzel e Sérgio Bianchi) propôs a penhora do negativo de seus filmes como solução. As negociações estão em processo.

Negativo — Maria Abadia Silva, secretária-executiva do Concivi (Conselho Diretor do Pólo de Cinema e Vídeo) está intermediando as negociações entre os produtores selecionados e o BRB.

"O banco" — avisa — "está disposto a buscar soluções, mas todas respaldadas em estudos técnicos e nas normas que regem o sistema financeiro". Por enquanto, a solução de uso do negativo como bem de penhora tem tido boa aceitação. "Ela, porém, só será (se for) aceita no que se refere à proposta dos quatro filmes em fase de conclusão. No caso deles, o BRB tem certeza de que serão concluídos. Enquanto que, com projetos em fase de pré-produção, esta certeza não existe".

Abadia garante que "o banco não cogita de soluções globais para todos os projetos aprovados (14 ao todo)". Cada caso — avisa — "é um caso e, por isto, estamos buscando soluções diferenciadas".

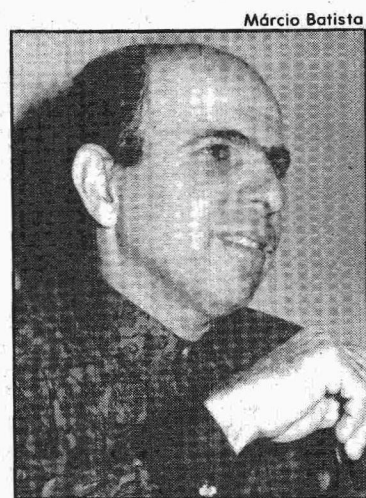
A secretária-executiva aponta alguns caminhos: "O produtor e diretor Ugo Giorgetti, que foi selecionado com *Sábado*, nos trouxe proposta acompanhada de garantia de fiança bancária, ou seja, aval de outro banco". Alice Andrade, filha de Joaquim Pedro, "é outra que já resolveu seu problema. Em breve, ela assinará contrato com o BRB para produção do curta *Dente por Dente*". Na área do curta, outro produtor já está com sua proposta bem avançada — Reinaldo Pinheiro (*A Desforra da Titia*, sobre Carlos Zéfiro). Do Rio Grande do Sul já chegou a documentação de Otto Guerra, para a produção do curta (em animação) *Rock & Hudson*.

Em Gramado, semana passada, correu o boato de que o Edital do Pólo não daria em nada, pois nem Nélson Pereira dos Santos, primeiro classificado com *A Terceira Margem do Rio*, teria condições de caucionar o empréstimo junto ao BRB. Maria Abadia rebate esta informação: "Como" — pergunta — "se Nélson nem apresentou seu projeto?".

Regras definidas — Do Rio, por telefone, Nélson Pereira dos Santos esclarece o assunto. "Chego a Brasília amanhã (hoje) para apresentar minha proposta ao BRB". De saída — avisa — "entendo que o Edital deve ser respeitado. Afinal, foi divulgado nacionalmente e todos que participaram da seleção conheciam as regras previamente estabelecidas".



A primeira reunião da Comissão do Pólo de Cinema e Vídeo, em março do ano passado: um projeto que poderá morrer no nascedouro?



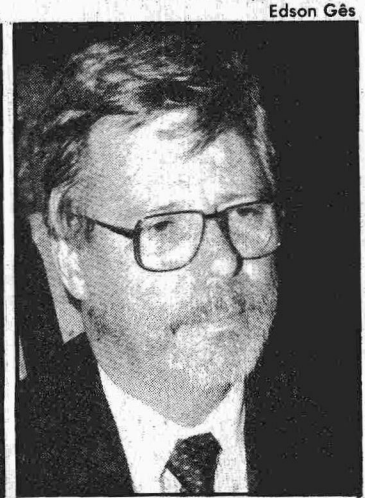
Márcio Curi



Nélson Pereira dos Santos



Anibal Massaini



Roberto Farias

FALTAS DE LONGAS NÃO VAI CANCELAR FESTIVAL

Com o fim da badalada edição de Gramado, uma pergunta se nos coloca: há filmes para alimentar a 25ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, prevista para outubro próximo? A resposta, infelizmente, é não. A realidade demonstra que há apenas três títulos, em longametragem, disponíveis: *Vagas para Moças de Fino Trato*, de Paulo Thiago; *Oswaldianas*, produção coletiva que homenageia Oswald de Andrade, e *Perfume de Gardênia*, de Guilherme de Almeida Prado. E o festival brasileiro necessita de seis longas para a mostra competitiva.

O que fazer, então? Cancelar o festival, repetindo comportamento verificado no período de 72 a 74, quando o País vivia sob os rigores do AI-5 e sob censura draconiana? Não!, responde o secretário de Cultura, Fernando Lemos, que promete solução criativa: "Se não há longas, monta-se programa com curtas, for-

mato que vem constituindo-se no espaço de respiração do cinema brasileiro neste momento de crise". E mais: "mostra-se, em Brasília, centro geopolítico do País, a realidade que se nos apresenta".

O Governo do Distrito Federal buscou soluções para alimentar o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro com produtos inéditos. Porém, as alternativas propostas pelo Pólo de Cinema e Vídeo não foram suficientes. Edital de alcance nacional liberou recursos para a conclusão de, pelo menos, quatro longas. Só que os cineastas — sufocados pela mais profunda das crises do cinema brasileiro — não têm condições de tomar o empréstimo na fonte financiadora: o BRB (Banco de Brasília). Não dispõem de recursos para caucionar o dinheiro. Eles mesmos sabem que, dificilmente, recuperarão seus investimentos no mercado interno, hoje dominado pela lei das selvas, ou seja, por lei nenhuma.

O secretário Fernando Lemos vem intermediando entendimentos entre os cineastas e o BRB. Frente à pobreza geral que tomou conta do setor, buscam-se formas de "flexibilização" do empréstimo. Ao invés de penhorar patrimônio (no caso, a moradia, já que cineastas brasileiros não dispõem de outros bens), a solução aponta para a garantia de dois avalistas e o negativo do filme como bem de penhora. Aliás, o produtor Luiz Carlos Barreto assegura que "esta é uma prática comum em países como França, Canadá, Holanda e Itália".

Se não se der a "flexibilização" procurada pela Secretaria de Cultura, o Pólo não participará da feitura dos projetos aprovados. Nem do filme de Nélson Pereira dos Santos (*A Terceira Margem do Rio*), que já conta com apoio (em laboratórios e elenco) do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. (MRC)

O cineasta e produtor está "otimista" e acredita que vai "fechar negócio com o Banco de Brasília". Como ele, há outros produtores na lista de classificados que garantem ter condições de caucionar o empréstimo. Luiz Carlos Barreto, que classificou *Trocando Corações* (de Fábio Barreto) em 13º lugar, avisa que tem como atender às exigências bancárias do Edital. O mesmo diz em Pedro Roval, produtor de *Amazônia, Uma Aventura Mágica*, de Jorge Bodanski (parceria com a TV alemã), Sylvio Back (*Yndios do Brasil*).

Problemas — Sara Silveira, produtora de *Amor Corsário*, *Alma Gêmea*, de Carlos Reichembach, postula a aceitação do negativo do filme como bem de penhora. "Se tal medida não for adotada" — garante — "dificilmente os produtores independentes terão condições de concluir seus filmes". Quem aguardava o filme de Reichembach para a 25ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro (7 a 14 de outubro) deve perder as esperanças. Sara garante "ser impossível terminar o filme em prazo inferior a 40 dias".

No mesmo barco estão André Klotzel (*Capitalismo Selvagem*) e Sérgio Bianchi (*Causa Secreta*). O secretário de Cultura, Fernando Lemos, porém, não desanima. Ele acredita que "pelo menos *Capitalismo Selvagem* ficará pronto a tempo, já que André Klotzel está-se movimentando para garantir o empréstimo". O caso de Bianchi é diferente. O secretário lembra que "ele está atrasado na obtenção das garantias exigidas pelo banco". E Maria Abadia acrescenta: "Bianchi quer privilégios, quer soluções particulares para o caso dele. E são soluções que uma instituição finan-

ceira não pode aceitar".

Co-produção — Dois dos mais importantes produtores de cinema do País — o carioca Roberto Farias e o paulista Anibal Massaini — não concorreram ao Edital Nacional, do Pólo de Cinema e Vídeo do DF.

Massaini, que ajudou no projeto de formulação dos Pólos brasileiro e capixaba, garante, porém, que está disponível para conversar com os produtores selecionados. "Se a proposta for interessante" — avisa — "minha produtora poderá aliar-se ao projeto, ajudando a caucioná-lo junto ao banco". Aliás, Massaini é um dos poucos produtores que não está parado. Em novembro, pela Riofilmes, ele deve lançar *O Corpo*, de José Antônio Garcia, e em março do ano que vem, *Forever*, de Walter Hugo Khouri.

Já Roberto Farias não mostra interesse em assumir parceria com os projetos aprovados em troca de garantias para caucionar o empréstimo junto ao BRB. "Com o mercado brasileiro destruído, é temerário assumir compromissos financeiros, mesmo que com juros a 4% ao ano e 50% da correção monetária". Massaini discorda: "Não fazemos filmes apenas para o mercado interno. Temos condições de reaver nossos filmes em mercados internacionais. Tenho negociado minhas produções em mercados que nem imaginava interessados em cinema brasileiro".

Pólo capixaba — A produtora Marisa Leão, diretora da Riofilmes, conseguiu financiamento para *Lamarca*, o *Capitão*, de Sérgio Rezende, no Pólo de Cinema e Vídeo do Espírito Santo. No Pólo de Brasília, o mesmo projeto classificou-se em 7º lugar. Se for chamada pelo BRB para assinar contrato, a produtora carioca terá condições de

caucionar o empréstimo.

Com relação ao Pólo do Espírito Santo, Marisa lembra que "ele avançou muito em sua intenção de apoiar o audiovisual brasileiro". O Governo Albuino Azeredo aumentou os recursos para financiamento na área de cinema e vídeo e diminuiu o peso das normas restritivas. "Brasília" — propõe — "poderia buscar solução semelhante à capixaba, que soma procedimentos do Ficart (Fundo de Investimento Cultural e Artístico, da Secretaria de Cultura da Presidência da República) a práticas em parte já semelhantes ao Pólo do DF".

Luiz Tadeu Teixeira, do Pólo de Cinema e Vídeo do Espírito Santo, lembra que "o projeto faz parte do Geres (Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo) e prevê, em seu artigo 3º, a produção comercial de instrumentos musicais, bem como discos, fitas, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográfica". Para tal, o Governo do Estado acionou "o apoio financeiro do Funres (Fundo de Recuperação Econômica do Estado do ES)/Investimento Fixo e Misto, obedecidas as seguintes condições: recursos próprios (mínimo de 15% do investimento total), participação de recursos do Funres/IFM; conversão de cotas de participações e alienação de cotas adquiridas pelo Funres a ser feita em leilões públicos". No ES, o órgão financiador é o Bandes (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo).

"Se soluções não forem buscadas para o Pólo do DF" — arremata Márcio Curi — "o Edital Nacional se transformará num fiasco, trazendo frustração a dezenas de produtores, realizadores e técnicos que viram no projeto do governador Roriz uma saída".